

**RESENHA DO GUIA “IFRS AND US GAAP: SIMILARITIES AND DIFFERENCES”<sup>1</sup> DA PWC**

*REVIEW OF THE GUIDE “IFRS AND US GAAP: SIMILARITIES AND DIFFERENCES” FROM PWC*

**Edite Rodrigues Scherer<sup>2</sup>**

Faculdade Processus – DF (Brasil)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7718069825037999>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1733-5926>

E-mail: [edite.scherer1@gmail.com](mailto:edite.scherer1@gmail.com)

**José Gilson das Chagas<sup>3</sup>**

Faculdade Processus – DF (Brasil)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2197433699067389>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4504-2223>

E-mail: [jgilsonchagas@gmail.com](mailto:jgilsonchagas@gmail.com)

**Lúcio Carlos de Pinho Filho<sup>4</sup>**

Faculdade Processus – DF (Brasil)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7548673629065244>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3357-4110>

E-mail: [lucio.filho@institutprocessus.com.br](mailto:lucio.filho@institutprocessus.com.br)

---

<sup>1</sup> A revisão linguística desta resenha foi realizada por Roberta dos Anjos Matos Resende.

<sup>2</sup> Tecnóloga em Gestão Pública e bacharelada em Administração Pública na Faculdade Processus. Especialista em Gestão por Competências para Instituições Públicas pela Unileya (Brasil).

<sup>3</sup> Possui graduação em Bacharelado em Ciências Contábeis pelo Centro de Ensino Superior do Vale do Parnaíba (1994) e mestrado em Mestrado em Ciências Empresariais/Contabilidade pela Universidade Fernando Pessoa (2001). Atualmente é professor de Contabilidade, Tributos e Trabalho de Conclusão de Cursos na Faculdade Processus. Além de professor de Ciências Contábeis e outros cursos, é escritor, com 12 livros publicados.

<sup>4</sup> Graduado em Gestão Pública e Administração Pública pela Faculdade Processus. Auditor de Controle Interno, Diretor do Departamento de Controle Interno da Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF/DCI e Presidente do Comitê de Auditoria da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH. Docente do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, Bacharelado em Administração Pública e do MBA em Contabilidade, Auditoria e Perícia da Faculdade Processus.

**Resenha da obra:**

*PricewaterhouseCoopers – PwC. IFRS and US GAAP: similarities and differences.* London: PwC, 2018.

**Resumo**

O tema desta resenha é o texto *IFRS and US GAAP: Similarities and Differences*, documento que compara as diferenças entre as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) com os Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos nos Estados Unidos da América (US GAAP). Trata-se de um texto científico de natureza qualitativa (Gonçalves, 2015).

**Palavras-chave:** Prática Contábil Brasileira. Normas Internacionais. IFRS. US GAAP.

**Abstract**

*The theme of this review is the guide IFRS and US GAAP: Similarities and Differences, a document that compare the differences between the International Accounting Report Standards – IFRS with the United States Generally Accepted Accounting Principles– US GAAP. It is a scientific text of a qualitative nature (Gonçalves, 2015).*

**Keywords:** *Brazilian Accounting Practice, International Standards. IFRS. US GAAP.*

**Resenha**

Este artigo é dividido nos seguintes capítulos: Resumo, Palavras-chave, *Abstract*, *Keywords*, Introdução, Capítulos de desenvolvimento, Considerações finais, e Referências. Os capítulos de desenvolvimento são compostos por: o que são as Normas Internacionais de Contabilidade; a linguagem contábil internacional; a importância de ser financeiramente bilíngue; e quais são as vantagens e os desafios que as Normas Internacionais oferecem.

No resumo do artigo consta:

A IFRS, sigla em inglês que significa *International Financial Reporting Standards*, conhecida no Brasil como Normas Internacionais de Contabilidade, estão editadas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) é responsável por interpretar a IFRS e implantar normas contábeis equivalentes no Brasil, por meio de seus Pronunciamentos Contábeis.

A IFRS tem como objetivo unificar e padronizar procedimentos contábeis para que possam ser analisados de forma similar por diferentes países. Com a IFRS, a prática contábil brasileira passou a ser baseada nas interpretações do CPC do que, meramente, em regras nacionais, como ocorria até então, representando uma inovação na contabilidade brasileira. Tal acontecimento tem levado à melhoria das práticas contábeis no Brasil, bem como à valorização da profissão do contador. Ainda agrega valor a outros profissionais que se utilizam de tais informações contábeis geradas, como investidores e analistas de mercado financeiro, que buscam investimentos atrativos. Deste modo, esta resenha tem como objetivo apresentar as principais transformações realizadas na prática contábil brasileira e internacional, comentando-se os efeitos esperados na qualidade da informação contábil em termos do reconhecimento dos eventos econômicos que afetam o patrimônio contabilizado; da mensuração desses eventos; e, ainda, da divulgação das informações contábeis por meio de seus principais relatórios.

O tema do artigo é “IFRS e US GAAP: a adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade”. Discutiu o seguinte problema: qual é o valor agregado na implantação da IFRS no Brasil? O artigo partiu da seguinte hipótese: a implantação da IFRS tem como principal benefício a padronização contábil.

No artigo, o objetivo geral foi: identificar quais são os benefícios da adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade. Os objetivos específicos foram: o que são normas internacionais de contabilidade; qual é a importância das normas internacionais para as empresas; e quais são as vantagens e desafios para a implantação da IFRS no Brasil.

A temática da pesquisa contou com a seguinte justificativa: a implantação da IFRS melhorou as práticas contábeis no Brasil, bem como a valorização da profissão do contador. Ainda agrega valor para outros profissionais que utilizam tais informações contábeis geradas, como investidores e analistas de mercado financeiro que buscam investimentos atrativos.

A metodologia utilizada para a construção da pesquisa no artigo foi o levantamento bibliográfico, bem como pesquisas em sítios eletrônicos na rede mundial de computadores.

### **Capítulo 1 – Introdução.**

Com o advento da Lei n.º 11.638/2007, o Brasil passou a adotar as Normas Internacionais de Contabilidade, mais frequentemente conhecidas por IFRS. Ela incorporou conceitos e práticas do Direito societário muito utilizadas em economias desenvolvidas, como nos Estados Unidos da América e países da Europa. Tal acontecimento representou uma inovação na contabilidade

brasileira, pois passou a ser baseada mais em princípios que em regras (ANTUNES, ANTUNES E PENTEADO, 2007).

Em âmbito internacional, as IFRS são estruturadas e publicadas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board – IASB*), tornando o fluxo de relações contábeis transparente, ágil e viabilizando as operações das empresas em outros países (NIYAMA, 2008).

A padronização da contabilidade em nível internacional beneficia os investidores estrangeiros, as pessoas físicas e as multinacionais, pois facilitam o entendimento e a comparação das demonstrações contábeis emitidas por empresas ou filiais entre países diferentes (MADEIRA; ALMEIDA; FABIANA, 2004)

Tal inovação surgiu da necessidade de padronização e uniformização das informações, uma vez que as legislações tributárias e contábeis de cada país, por suas diferenças, dificultam ou inviabilizam a comparação de informações em muitos casos. Por isso é necessário aos mercados uma linguagem contábil harmônica para facilitar a integração das informações entre os países, garantindo transparência e confiabilidade (SILVA e MADEIRA, 2004).

## Capítulo 2 - O que são as Normas Internacionais de Contabilidade?

No ambiente corporativo, se cada instituição adotasse os padrões contábeis singulares de seu país, não haveria uma uniformização das demonstrações contábeis, inviabilizando a comparação entre os documentos de empresas em diferentes nações. Assim, a uniformização dos procedimentos contábeis, em nível internacional, gera uma compreensão de informações de maneira mais fluida (Scott, 2009).

Publicada pelo IASB, a IFRS foi criada para conferir essa harmonização, foi adotada em mais de 136 países com informações disponibilizadas no sítio eletrônico do *International Accounting Standards Board (IASB)* para possibilitar a comparabilidade das demonstrações contábeis entre empresas. Kaya e Koch (2015) verificaram a relação entre o sistema legal e a adoção da *IFRS for SMEs*, observando que países de origem *common law* (lei comum) também oferecem maior probabilidade de adotar essas regras.

A IFRS estabelece critérios de mensuração e formas de registro e classificação de procedimentos contábeis nas empresas. Estabelecem critérios mínimos de divulgação para o entendimento dos registros e os possíveis impactos na posição patrimonial e financeira da empresa, bem como no desempenho do fluxo de caixa (Daske, 2006).

No Brasil, a IFRS é internalizada e regulamentada pelo CPC, que recomenda que seus Pronunciamentos Técnicos sejam ratificados pelas demais entidades reguladoras brasileiras. Entre elas estão a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), agências reguladoras (ANEEL), Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), Banco Central do Brasil (BACEN), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), Associação Brasileira de Companhias Abertas (ABRASCA) e Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), (PwC, 2018).

Atualmente há normas internacionais implementadas pelo CPC no Brasil que contemplam os seguintes assuntos, entre outros:

- a. pagamento baseado em ações;
- b. aquisição e controle de organizações;
- c. contabilização de valores de exploração e avaliação de recursos minerais;
- d. classificação, contabilização e a apresentação dos instrumentos financeiros;
- e. Contratos de seguro (vigente a partir de 1º de janeiro de 2021);
- f. diretrizes para elaborar e apresentar as demonstrações.

No mercado internacional, já foram publicadas 17 IFRS:

- a. IFRS 1: Aborda os padrões da contabilidade internacional para organizações brasileiras.
- b. IFRS 2: Referente ao pagamento baseado em ações. Resultados e informações financeiras sejam demonstradas de forma contábil, mostrando os efeitos das transações.
- c. IFRS 3: Trata das situações em que uma empresa adquire e passa a controlar uma ou mais organizações. A IFRS 3 também exige que ativos e passivos do negócio adquirido sejam reconhecidos a valor justo e pela data da aquisição. O mesmo se aplica ao goodwill ocorrido na transação (diferença entre o valor de aquisição e o patrimônio da adquirida).
- d. IFRS 4: Especifica que emitentes de contratos de seguros devem, com frequência, aperfeiçoar a contabilização dos contratos emitidos.
- e. IFRS 5: Estabelece a contabilização de ativos não circulantes para venda e divulgação de operações interrompidas.
- f. IFRS 6: Relacionada aos recursos minerais, ou seja, à contabilização de valores da exploração e da avaliação deles.
- g. IFRS 7: Trata da evidenciação das informações nos instrumentos financeiros. Os usuários devem avaliar a relevância desses instrumentos para as finanças da empresa, além dos tipos, extensão

- dos riscos associados às informações divulgadas, e a forma como tais riscos são gerenciados.
- h. IFRS 8: Estabelece que os usuários das demonstrações contábeis consigam fazer avaliações dos efeitos financeiros das atividades desenvolvidas e do ambiente econômico no qual a empresa está inserida.
  - i. IFRS 9: Define regras para classificação, contabilização e apresentação de instrumentos financeiros.
  - j. IFRS 10: Estabelece diretrizes a serem seguidas para elaborar e apresentar demonstrativos contábeis de organizações que são controladoras de outros negócios.
  - k. IFRS 11: Exige que empresas integrantes de negócios em conjunto determinem a natureza do envolvimento por meio de obrigações e direitos, fazendo a contabilidade conforme as operações.
  - l. IFRS 12: Estabelece princípios para a divulgação de demonstrativos para apreciação dos interessados.
  - m. IFRS 13: Define o que é valor justo, a estrutura de mensuração desse valor e como divulgar a mensuração.
  - n. IFRS 14: Permite que empresas que registram ativos e passivos regulatórios, em atendimento a seus princípios contábeis locais, não precisem converter seus ativos e passivos de acordo com as IFRS.
  - o. IFRS 15: estabelece princípios para contabilização de receitas de contratos com clientes em relação a fluxo de caixa, épocas e valores.
  - p. IFRS 16: estabelece que o leasing terá de constar em ativos e passivos das empresas envolvidas.
  - q. A IFRS 17: em Contratos de Seguro representa uma revisão completa da contabilidade dos contratos de seguro. Ela aumentará a transparência da posição financeira e desempenho das seguradoras, e a comparabilidade de suas demonstrações financeiras com outras seguradoras.

### **Capítulo 3 - A linguagem Contábil Internacional.**

Para alinhamento com as normas internacionais, há três regras básicas que devem ser observadas nas demonstrações contábeis:

1<sup>a</sup> – As Notas Explicativas das demonstrações contábeis devem explicitar que elas atendem aos pronunciamentos do CPC e à IFRS.

2<sup>a</sup> – As demonstrações contábeis devem ser publicadas também na língua inglesa.

3<sup>a</sup> – As demonstrações contábeis, em inglês, devem apresentar os registros em uma moeda de referência internacional, como o Dólar por exemplo,

ou apresentar fator de conversão da moeda nacional para a internacional na data-base de emissão do documento.

As empresas são obrigadas a aplicar a IFRS 1 a partir da primeira publicação de suas demonstrações contábeis no modelo IFRS, mesmo quando estiverem em transição de GAAP para IFRS. As Notas Explicativas precisam conter explicitamente a declaração de conformidade com o IFRS 1, sem ressalvas (PWC, 2018).

#### **Capítulo 4 - Importância de ser financeiramente bilíngue.**

Grande parte das maiores economias mundiais já adotaram o IFRS. Contudo, algumas ainda resistem e não efetivam a implantação obrigatória em seus territórios (entre eles EUA e Japão), e não possuem prazo previsto para a mudança. Em que pese a resistência, empresas desses países são atingidas pela IFRS, pois possuem filiais em outros países nos quais a IFRS foi implementada e impostas para as empresas situadas em seus territórios, sejam nacionais ou filiais de multinacionais.

Outra forma pela qual as empresas multinacionais são afetadas pela IFRS é por meio de transações de Fusões e Aquisições (M&A) internacionais. Nessas é exigida a apresentação de demonstrações contábeis em padrão internacional, para viabilizar a transação (PwC, 2018).

É importante elaborar uma demonstração contábil clara com todas as evidenciações disponíveis de maneira inteligível para subsidiar uma transação de M&A. Demonstrações Financeiras completas e de qualidade, atendendo o IFRS, podem conter informações importantes para a precificação do M&A e para a tomada de decisão, prevenindo impactos significativos e futuros que afetem a posição da empresa transacionada no M&A (PwC, 2018).

Da perspectiva do investidor, a necessidade de compreender as IFRS é ainda mais relevante.

Investidores internacionais procuram retornos financeiros em outros mercados. Economias desenvolvidas como a dos EUA atraem empresas não americanas que preparam suas demonstrações contábeis em padrão IFRS.

Para entendermos as diferenças entre a IFRS e as normas contábeis adotadas no EUA chamadas de *US Generally Accepted Accounting Principles* (US GAAP), veja essa abordagem:

A IFRS é fundamentada em princípios e fornece indicadores de controle, que precisam ser consolidados. Contudo, quando os indicadores de controle não são claros, a consolidação é realizada com base numa avaliação macro de fatos relevantes, abordando uma análise de riscos da empresa. A consolidação é obrigatória quando uma empresa A está exposta aos retornos variáveis de uma

empresa B, sendo que a empresa A possui poderes sobre a empresa B, de tal modo que afete os retornos que serão obtidos.

O US GAAP utiliza um modelo de consolidação de dois níveis: um centrado nos direitos de voto (modelo de interesse de voto); e o segundo, centrado numa análise qualitativa do poder sobre as atividades significativas e exposição a perdas ou benefícios potencialmente significativos (o modelo de juros variáveis).

Conforme o US GAAP, primeiramente a empresa é testada para verificar se está enquadrada como Interesse Variável (VIE). Em caso negativo, é enquadrada com base no direito de voto e outros direitos de decisão no âmbito do modelo de interesse de voto.

Diferenças entre US GAAP e IFRS podem ocorrer em situações de consolidação das demonstrações contábeis da empresa mãe com as suas filiais em diferentes países. Embora para o US GAAP seja aceitável consolidar as demonstrações contábeis de empresas do mesmo grupo, conforme diferentes práticas contábeis, para o IFRS isso não é aceitável.

Embora não seja obrigatório o uso do IFRS nos EUA, muitas empresas multinacionais daquele país precisam alinhar suas práticas contábeis em decorrência das exigências indiretas vindas de outros países onde possuem negócios.

## **Capítulo 5 - Quais são as vantagens e desafios que as Normas Internacionais oferecem?**

A adoção da IFRS possibilita a transparência corporativa, a divulgação e a adequação de acordo com a contabilidade internacional. Assim, as empresas brasileiras podem ser analisadas comparativamente com empresas de economias mais desenvolvidas, como de países europeus. Isso facilita a entrada de investidores estrangeiros no Brasil.

Outras vantagens relevantes são a transparência, a segurança e a padronização na interpretação das demonstrações contábeis conferida pela IFRS. Assim, atuam como potencializadoras para novos investimentos, pois os interessados se sentirão mais seguros na tomada de decisão da empresa (Brown 2011; 2013).

A contabilidade desempenha um papel significativo para os mercados financeiros, atenuando problemas como assimetria da informação, conflitos de agência, custos de transação, e outros (Santos, Lima, Freitas & Lima, 2011).

Contudo, segundo Paulo (2002, p. 51) “existe pouca viabilidade da realização completa da padronização das normas contábeis”. Assim, a



melhor denominação utilizada seria harmonização, pois o objetivo seria minimizar as diferenças entre os procedimentos contábeis. A harmonização agrega os seguintes benefícios (PAULO, 2002):

- a. melhorar e aumentar a transparência, compreensibilidade, comparação dos dados contábeis aos diversos mercados;
- b. reduzir as diferenças em resultados contábeis;
- c. minimizar os custos de elaboração, divulgação e de auditoria contábil;
- d. possibilitar os investimentos estrangeiros e o fluxo de capital em âmbito internacional;
- e. simplificar a consolidação das demonstrações contábeis;
- f. facilitar a comunicação da organização com seus investidos;
- g. atender ao interesse público.

Ainda é possível citar as seguintes vantagens e desvantagens da harmonização contábil (NIYAMA, 2008):

- a. **Vantagens:** probabilidade de comparar o desempenho das organizações em nível mundial, melhorar o ensino da contabilidade, facilitar o processo de transferência de colaboradores entre subsidiárias nas multinacionais, melhorar o acesso das entidades na aquisição de recursos internacionais, permitir que suas ações sejam negociadas em diferentes países, diminuir custos de transação e pesquisa, e inclusão de um padrão sob a responsabilidade de uma autoridade central na decisão sobre o padrão a ser seguido.
- b. **Desvantagens:** não admite que os países tenham legislações específicas e diferentes, segundo a sua cultura, moral e economia. Há algumas desvantagens iniciais desse processo como: o custo de implementação da padronização, isso inclui todas as burocracias necessárias para estabelecer e gerenciar a regulamentação; a transferência da riqueza, como, por exemplo, um usuário não acionista será beneficiado e não terá custos. Entretanto, os usuários acionistas terão de arcar com os custos para implantação do processo. Outro ponto citado está na dificuldade de padronizar em decorrência de duas ou mais situações não serem totalmente idênticas e nem completamente diferentes. Há algumas críticas adicionais como o efeito sobre a



decisão que restringe a escolha e elimina qualquer outra possibilidade de utilização de outro método diante de alguma situação. Há um controle na regulação que impede a participação mais ampla de interessados nas discussões para aprovação das normas. Pode ser injusta por ser uma atividade política da qual muitas vezes não participam organismos que são afetados pelas alterações, por não serem influentes.

Como observado, um grande valor agregado pela IFRS é a melhora do fluxo de recursos no mercado internacional. A fala de harmonização contábil pode gerar diferentes interpretações ao analisarem as empresas.

Conforme Welfort (2005), há motivos mais recorrentes que ensejam essas divergências, ou seja, as diferenças de leis, regras e filosofias morais entre os países.

### **Capítulo 6 - Considerações Finais.**

Por meio desta resenha foi possível identificar as vantagens e as desvantagens entre as normas de contabilidade IFRS, ditadas pelo organismo internacional IASB e princípios geralmente aceitos nos Estados Unidos, o US GAAP.

Com a multinacionalização da globalização, os obstáculos tecnológicos e geográficos praticamente deixam de existir, o que torna cada vez maior o volume de negociações internacionais.

O desenvolvimento do presente estudo proporcionou uma análise da importância das Normas Internacionais de Contabilidade. A IFRS possibilita uma comparação entre as empresas do Brasil e as empresas do exterior com maior simplicidade e transparência na investigação, demonstrando as características de cada uma.

A área contábil reserva pesquisas, investigações, referências e conhecimentos muito importantes sobre as empresas. As IFRS trouxeram maior conformidade para os registros, divulgação e tratamento das informações contábeis. Porém, é imprescindível respeitar e considerar os princípios e a legislação de cada país.

Apreender o conteúdo de contabilidade internacional em um mundo globalizado e imediato deve ser uma regra para empresas e investidores que objetivem o mercado internacional. É fundamental que as entidades e as instituições de ensino entendam a necessidade emergente de analisar, compreender e adaptar-se de acordo com as normas internacionais. Com a

adoção das IFRS, as empresas brasileiras podem aplicar um padrão contábil global.

### Referências

Antunes, J., Antunes, G. M. B.; Penteado, I. M. *A convergência contábil brasileira e a adoção das normas internacionais de contabilidade: o IFRS 1*. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO FEA-USP, 10, 2007, São Paulo. Anais. *Are the benefits? Accounting and Business Research*, v. 41(3), 269–285.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. *Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro*. Disponível em: <[http://www.cpc.org.br/pdf/pronunciamento\\_conceitual.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/pronunciamento_conceitual.pdf)>. (05/10/2021)  
Daske, H. (2006). *Economic benefits of adopting IFRS or US-GAAP: have the expected cost of equity capital really decreased? Journal of Business Finance & Accounting*, v. 33, p. 329–373

FASB – *Financial Accounting Standards Board*. Disponível em: <[www.fasb.org](http://www.fasb.org)>. (05/10/2021)

IASB – *International Accounting Standards Board*. Disponível em: <[www.iasb.org](http://www.iasb.org)>. (05/10/2021)

Kaya, D., & Koch, M. (2015). *Countries' adoption of the International Financial Reporting Standard for small and medium sized entities (IFRS for SMEs) – early empirical evidence. Accounting and Business Research*, v. 45, Issue 1.

Madeira, G. J. S., Almeida C. B. A. & Fabiana, L. *Harmonização de normas contábeis: um estudo sobre as divergências entre normas contábeis internacionais e seus reflexos na contabilidade brasileira*. Revista Mineira de Contabilidade. Belo Horizonte, Ano V, n. 16, 4. trim. 2004.

Niyama, J. K. & Tibúrcio, C. A. (2008). *Teoria da Contabilidade*. São Paulo, Atlas.

Scott, W. R. (2009). *Financial accounting theory*. 5 ed. Toronto, Pearson.

SILVA, C. B. A.; MADEIRA, G. J. *Gestão de estoques e lucro da empresa*. Contabilidade Vista & Revista, v. 15, n. 2, p. 41-52, 2004

Paulo, Edilson. Comparação da estrutura conceitual da contabilidade financeira: experiência brasileira, norte-americana e internacional. João Pessoa. [s.n.],2002.

*PricewaterhouseCoopers – PwC (2018). IFRS and US GAAP: similarities and differences.* London: PwC.

Weffort, E. F. J. (2005). O Brasil e a Harmonização Contábil Internacional. São Paulo: Atlas.